

Das Camélias do Leblon à Rosa de Ouro: as representações de Isabel no contexto do abolicionismo

Augusto Oliveira Mattos*

Resumo: Este trabalho tem por finalidade desvelar as várias representações da Princesa Isabel, no contexto do final do Império, através de pesquisas baseadas em arquivos públicos, bibliotecas e jornais da época, tendo como referência teórico-metodológica a História Social. Esta nos possibilita contemplar, com todo o seu instrumental investigativo, as exigências da pesquisa, pois ao privilegiar o estudo das sociedades humanas, aborda os seus mais diversos aspectos. Estudaremos o cotidiano da Regente, seja no âmbito da vida privada ou pública. Discorreremos sobre sua formação intelectual, as relações familiares, seu envolvimento na causa abolicionista e suas ações políticas, sempre consoantes com o mundo vivido à época. Haverá espaço para seus detratores, permitindo melhor compreensão das motivações que os levaram a crer na incapacidade dirigente da herdeira legítima do trono imperial.

Palavras-chave: Redentora, Abolicionismo e Representações.

Abstract: The aim of this work is to unveil the various representations of Princess Isabel, in the final context of the Empire, through research based on public files, libraries and newspapers from the era. The Theoretical-Methodological reference is Social History. This enables us to contemplate with all the investigative instruments, the research's demands, as by favoring the study of human societies, it addresses their most diverse aspects. We will study the day to day of the Regent, in both private and public life. We will discourse about his intellectual education, family relationships, his involvement in the emancipationist cause and his political activities, always consonant with the world as it was at the time. There will be space for his detractors, enabling better understanding of the motivations that lead them to believe in the governing incapacity of the legitimate successor to the imperial throne.

Keywords: Redeemer, Abolitionism and Representations.

Os estudos sobre a participação política da Princesa Isabel, dentro do contexto do processo da abolição da escravidão, apresentam-se carregados de paixões. A tentativa de associação da Regente à supressão do trabalho involuntário, articulando-se a imagem da “Redentora” como principal agente do processo, que culminou na Lei Nº 3353, de 13/05/1888 – popularmente conhecida por Lei Áurea –, foi o instrumento utilizado pela monarquia para tentar garantir sua longevidade como modelo institucional do país.

A abolição promulgada já, de há muito pelos corações traduzida em facto, consumado pelo povo, [...] todos compreenderam que à excelsa Princesa se devia um testemunho de apreço, pelo muito que também fez em prol dos

* Faculdade Projeção, Mestre em História Social, augusto.mattos@uol.com.br

cativos. Assim, espontaneamente, quase se acordo prévio, cada qual se preparou para glorificar e cobri deflores a herdeira do trono, acontecendo que, concorrendo todos para esta manifestação, ela tornou-se, por si mesma grandiosa, sublime, única. Nunca se viu cena igual, desde que o Brasil existe! A efusão popular chegou ao auge na hora em que o trono se consorciava com a população, no mesmo afã de tornar o Brasil um país livre, espalhando sobre ele, como uma benção, os primeiros clarões da liberdade¹.

A união entre as aspirações populares e a atuação decisiva da regente no processo de derrubada do escravismo no Brasil é entusiasticamente destacada no texto. A idéia de que a monarquia agia com o intuito de responder as necessidades da sociedade brasileira poderia significar a própria garantia da continuidade do regime. Por outro lado, grupos republicanos buscavam minorar a participação da mesma, ao associarem a escravidão à manutenção do regime monárquico no Brasil. É o que se pode perceber no artigo abaixo:

O que significam essas estrondosas ovações à Regente?! Para que essas loas entoadas à atual representante da instituição monárquica? É a história quem nos diz que a Monarquia no Brasil manteve-se e prosperou à custa da escravidão dos negros, assim como esta encontrou sempre naquela o mais franco apoio, o mais valioso auxílio, graças ao vergonhoso contrabando dos negreiros, à violação dos tratados internacionais [...] Não era, pois, à Regente, não era a um chefe de Estado Constitucional que cabia intervir na solução da melindrosa questão servil, por meio de um ato de absolutismo e ditadura, qual o da despedida do gabinete de 20 de agosto, incumbido de dar execução a uma lei de garantias à lavoura nacional. Depois de reunidos e ouvidos os deputados da nação, acerca da política mais prudente e mais convinhável ao bem público, é que cumpria-lhe exercer a sua atribuição constitucional de eleitor dos ministros².

Percebe-se, então, que a imprensa, dentre outros artifícios, era um dos principais instrumentos utilizados para defesa ou ataque às ações da Regente. Na base de tudo, estava em jogo a construção das representações de Isabel aos olhos do povo. Representações que poderiam significar a garantia do Terceiro Reinado. Ou seja, sua aceitação, naquele momento, serviria para manutenção da ordem política estabelecida. O que vem corroborar o ponto de vista de Chartier, quando esse afirma que as “representações, embora aspirem tornar-se hegemônicas, são de fato discursos determinados pelos interesses dos grupos que as constroem e, por isso, competem entre si na busca de afirmação”³. Sendo assim, as representações construídas pelos defensores e detratores do regime monárquico poderiam ter um peso fundamental na sobrevivência ou não do regime, já que influenciariam decisivamente os rumos tomados pela elite dirigente, bem como o próprio imaginário popular, no que se referia à capacidade da princesa regente em tocar os assuntos de Estado.

Faz-se necessária a abordagem sobre o contexto do século XIX para melhor entendimento das posturas defendidas por monarquistas e republicanos. A idéia de que Isabel era inabilitada para a ocupação do trono não se prendia simplesmente a questões políticas ou econômicas. Culturalmente, vivia-se num mundo patriarcal, onde, embora não fossem poucas as atuações das mulheres nos mais diversificados campos da sociedade, impunham-se limitações de todas as ordens à ação feminina. Constituições européias definiam o caráter submisso da mulher de forma explícita, como eram os casos da italiana, norueguesa, francesa, alemã, só para citar algumas. Mesmo nas religiões de base judaico-cristã esses princípios eram enfatizados, como pode se observar na interessante constatação de Barman, em seu livro sobre a princesa Isabel:

Como em termos físicos, as mulheres são “a costela de Adão”, elas são consideradas biologicamente subordinadas e dependentes dos homens. A sucumbência de Eva à tentação significa que a natureza feminina é menos forte, inconstante e menos confiável que a masculina. Como “filhas de Eva”, as mulheres têm o papel precípua de parir e criar filhos, cabendo aos homens a função principal de provedor e protetor. As mulheres levam a vida dentro de casa, no interior da chamada “esfera privada”, ao passo que os homens vivem no mundo da ação, na dita “esfera pública”. Homens e mulheres existem em par a par, mas os primeiros têm, por definição, as qualidades e os papéis ideais. Constituem a norma à qual as mulheres não podem aspirar por não serem homens. A autonomia e função de agentes são vistas como prerrogativas masculinas; e os recursos humanos, percebidos de modo a privilegiar o acesso e o controle masculinos. A agressividade, mesmo a física, é uma qualidade masculina; para o sexo feminino, mostrar agressividade é masculinizar-se⁴.

Uma carga cultural que exigia muito mais das mulheres das classes sociais mais abastadas, como a Princesa Isabel, visto que essas, além de cumprirem com todas as prescrições estabelecidas para o sexo feminino – recato, submissão, dentre outras – deveriam ter uma formação que lhes permitisse transitar no espaço público como boas anfitriãs, boas esposas e boas filhas.

Isabel, ainda menina, transformou-se na sucessora legítima ao trono do Brasil – Princesa Imperial -, após a morte de seu irmão Afonso, em 1851. A possibilidade de sua não ascensão ao trono seria o nascimento de um novo filho de D. Pedro II. Pois, neste caso, o critério da idade seria colocado em segundo plano, em detrimento do de gênero – os homens tinham prioridade, independente da idade, no caso de sucessão. Mesmo sendo previsto em lei constitucional⁵, o pensamento predominante da época fazia com que muitos não digerissem bem a idéia de ter uma mulher ocupando o mais alto cargo do país.

A monarquia entendia, então, que seria necessária uma sólida formação educacional, moral e religiosa para que a princesa pudesse, com este atributo, ser respaldada pela maioria da elite política. Nas palavras de Daibert Junior, “ao tornar-se Princesa Imperial, a figura de Isabel não poderia mais limitar-se ao papel de modelo das brasileiras, figura materna ligada ao domínio privado”⁶. Mas aí, residia a gênese de todos os conflitos. O domínio público é literalmente o controle do Poder de Estado. Como temos constatado, soava complicado aos ouvidos mais reacionários o poder feminino, como já alertava Michelle Perrot, quando afirmou que “as mulheres são colocadas à distância do político e mantidas em dependência no interior da sociedade civil”⁷. A afirmativa da competente autora retrata de forma inquestionável o contexto do século XIX.

A educação de Isabel e de sua irmã Leopoldina foi orientada pessoalmente pelo Imperador que, inclusive, considerava esta atividade como um de seus passatempos prediletos. Preocupava-se em diversificar os estudos das mesmas, que passavam por uma grade complexa de matérias, como registrou Barman:

No final da década de 1850, o formidável programa de instrução concebido por D. Pedro II mantinha suas filhas ocupadas, na sala de aula, nove horas e meia por dia, seis dias por semana. A gama de matérias acadêmicas que estudavam incluía as línguas latina, francesa, inglesa e alemã, a história de Portugal, da França e da Inglaterra, a literatura portuguesa e a francesa, geografia e geologia, astronomia, química, física, geometria e aritmética. A isso se acrescentavam desenho, piano e dança. Em 1863, quando as princesas completaram, respectivamente, dezessete e dezesseis anos, as aulas passaram a incluir também o italiano, história da filosofia, economia política e o grego⁸

Assim, estimulada pelo pai, homem ligado ao saber, a futura Regente adquiria o embasamento, julgado necessário à época, para o exercício das funções de liderança. Neste quadro, foi montada uma estratégia de familiarização da princesa com a população, através do comparecimento em várias atividades festivas populares. Lembrando, ainda, que a data de aniversário de Isabel ganhou um status diferenciado até mesmo que o de sua irmã, visto que era considerada uma data de “grande gala”, enquanto que o aniversário de Leopoldina, de “média gala”⁹.

Oficialmente, a Assembléia Geral Legislativa havia reconhecido Isabel como sucessora legítima de D. Pedro II desde 1850, pois, para a monarquia, “mais do que um procedimento burocrático, era preciso espalhar a notícia pelo Império e preparar o terreno para que a idéia problemática de uma Imperatriz [...] tornasse natural e aceitável entre os súditos de extenso território”¹⁰.

Questão não menos problemática foi a do casamento – o que abraçaria a questão da sucessão ao trono – da princesa. Havia um antilusitanismo latente por parte da elite política brasileira que, de certa forma, impediria a união da herdeira a qualquer príncipe português. Seguindo tradição secular e respaldado constitucionalmente¹¹ de forma bem articulada, D. Pedro II tomou a frente das negociações, tendo a preocupação de que a união de sua filha não acirrasse os ânimos da oposição e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o regime monárquico. Apesar de preferir que seu futuro genro fosse “católico, de sentimentos liberais, e não ser português, espanhol ou italiano, desejando que não seja austríaco”¹², o Imperador estava disposto a ouvir a vontade de suas duas filhas:

*Nada se fará que comprometa a palavra sem que minhas filhas sejam ouvidas e anuam, sendo então preciso que eu use das informações que para isso deres, e me envies fotografias não favorecidas dos noivos, e mesmo outros retratos pelos quais se possam fazer idéias exatas das fisionomias*¹³.

Esta postura de D. Pedro II também pode ser explicada a partir de sua própria experiência, adquirida no primeiro encontro com sua futura esposa Tereza Cristina Maria, então princesa das Duas Sicílias, pertencente à dinastia de Bourbon, após seu casamento ter sido realizado por procuração, em Nápoles. Nas palavras de Lilia Schwarcz, “malgrado as informações que lhe haviam chegado sobre as virtudes da imperatriz, D. Pedro só pode notar-lhe os defeitos: Teresa Cristina era baixa, gorda, e além de tudo coxa e feia”¹⁴.

Depois das frustradas negociações para casar a herdeira com Pedro, duque de Penthièvre, para tristeza do Imperador - que não abandonara em momento algum suas pretensões políticas de fortalecimento da imagem do Brasil no exterior -, mas para felicidade de D. Isabel, que se apaixonou pelo futuro marido, acordou-se o casamento desta com Gastão d’Orleães, o conde D’Eu. Mais uma vez, os opositores do regime monárquico fortaleceriam seus argumentos contra o Terceiro Reinado, argumentando que uma provável submissão da futura Imperatriz ao marido poderia colocar em risco as instituições e a soberania nacionais.

A agora Condessa de d’Eu parecia não se importar com as conseqüências políticas geradas pelo seu casamento. Sua aparente felicidade transparece em carta enviada a seu esposo, na qual celebra toda sua felicidade junto ao mesmo:

Hoje faz um ano que, nesta mesma hora, eu tive a felicidade de receber o teu pedido de casamento no salão de onde acabo de sair para te escrever. Não posso deixar passar o abençoado dia de hoje sem escrever alguma coisa nesta hora, uma cartinha separada. Já derramei algumas lágrimas, olhando para o lugar em que estávamos há um ano, exatamente neste dia e

nesta hora. Como estávamos trêmulos, mas também como estávamos contentes. Oh, querido, eu nunca me arrependerei de te haver escolhido originalmente no meu coração e, depois, de te haver aceitado como marido. Eu te amo muito, querido; amo-te mais a cada dia. Como eu gostaria de ter ver aqui, meu amor! O que me consola um pouco, como a ti, é pensar que estás pensando em mim, que também me amas muito. Envio-te de lembrança uma mecha de cabelo que cortei neste momento. Oh, meu amor, meu querido, meu bem-amado, meu tudo, nunca duvides do amor que a tua mulherzinha querida sente por ti, desta que te adora. Isabel¹⁵.

Para o historiador Lourenço Luiz Lacombe, o casamento da princesa marcou também seu primeiro ato em defesa dos cativos: “Estava realizado o sonho de amor da Princesa. Mas outro sonho, também de amor, mas de amor pelos humildes e cativos, começava aí, exatamente nesse dia”¹⁶. Referia-se ele ao pedido da princesa a seu pai, para que vários cativos que lhe prestaram serviços nos seus tempos de solteira fossem alforriados. Foi atendida.

A vida de Isabel não se resumia a dedicação à família que se formará. Já em 1871, assumiu o cargo de Regente, devido à viagem do pai para tratamento de doença da Imperatriz Tereza Cristina. O momento não era dos melhores. Havia sido lançado o “Manifesto Republicano” e as agitações políticas aumentavam por todo o país, principalmente na Corte. O gabinete Rio Branco, empossado pelo Imperador, apesar de conservador, adotava atitudes consideradas modernizantes, nas palavras de José Murilo de Carvalho¹⁷. Entendam-se como medidas modernizantes, naquele contexto, aquelas que não alteravam o caráter da propriedade privada, da concentração de renda, mas que, em alguns momentos, dispunham-se a tratar de temas delicados como o trabalho involuntário.

A delicadeza do momento era materializada nas preocupações do Imperador em orientar a Regente na sua condução do processo político, além de nomear como Chefe do Conselho de Ministro o Visconde de Rio Branco para que, com sua experiência, garantisse a estabilidade institucional do país. Mas a tarefa não era fácil. Havia uma inclemente oposição em relação à figura do Conde D’Eu. E mais, havia um problema de interpretação na Constituição, como esclarece Daibert Junior:

Não estava claro se na ausência do Imperador a Regência seria assumida pela princesa ou por uma Regência Seletiva. Também suscitava dúvida a interpretação relativa à atribuição dos poderes do Regente. Na ausência de D. Pedro ele governaria com plenos poderes ou teria suas funções limitadas pela Assembléia?¹⁸

Os debates políticos intensificavam-se, mas, no final, Isabel foi reconhecida como Regente, tendo, em suas prerrogativas, o Poder Moderador. Para tranquilizar o Parlamento, D. Pedro II, nos seus “Conselhos à Regente”, registrou:

Para que qualquer ministério não tenha o menor ciúme da ingerência de minha filha nos negócios públicos é indispensável que meu genro, aliás, conselheiro natural de minha filha, proceda de modo que não se possa ter certeza de que ele influiu mesmo por seus conselhos, nas opiniões de minha filha.¹⁹

Nota-se a preocupação do Imperador em minimizar a presença do Conde D’Eu junto à princesa e criar um clima de tranquilidade política, no período de seu afastamento. Por outro lado, Isabel, mesmo não tendo experiência na condução dos negócios de Estado, mantinha uma postura sólida, aparentemente de serenidade. Não era por menos, pois o Império jamais havia sido governado por uma mulher e essa questão de gênero, como vimos, importunava tanto como as decisões políticas.

Contudo, o grande embate a que se dispôs a Regente foi o de cumprir com as orientações de seu pai, no tocante a extinção gradual da escravidão. Apesar do posicionamento abertamente favorável ao fim da escravidão, a jovem Regente não queria arcar com o peso de uma provável crise política, adotando medidas mais radicais. Para isso, confiava plenamente na astúcia do ministro Rio Branco, presidente do Conselho dos Ministros.

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, foi possibilitada, entre outras coisas, pela capacidade política de Rio Branco, e materializada no meio parlamentar. Não pode ser considerada fruto do trabalho pessoal da Regente. Todavia, não se pode negar que sua posição favorável ao projeto tenha facilitado sua aprovação. O discurso de modernidade de Isabel vinha ao encontro das transformações que ocorriam, principalmente, no mundo Europeu. Sua postura firme, em apoiar as reformas sugeridas pelo pai, empolgava os setores mais progressistas da sociedade, embora a oposição ao seu governo e à monarquia crescesse na mesma medida.

De qualquer modo, apesar de sua tradicional discrição, coube à Regente os louros pela empreitada vitoriosa. Fato reconhecido pelo próprio Rio Branco:

Após a votação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, o povo em massa esperou o Visconde do Rio Branco. Quando ele apareceu à porta do Senado, recebeu a manifestação mais ruidosa e comovente que já se fez

a um homem público no Brasil. A Princesa Isabel foi-lhe ao encontro, com a fisionomia radiante, e cumprimentou-o com efusão; Bravos, Visconde! A sua vitória foi o mais belo exemplo em que os nossos homens de Estado se devem mirar. Perdão, Princesa! Se venci, é porque tinha apoio em Vossa Alteza e nos meus luminosos pares legislativos. Logo, o mérito é menos meu que da ilustre humanitária Regente e dos insígnies representantes do País²⁰.

O texto supracitado, indubitavelmente, reflete o aparente descompromisso da Regente com as homenagens espontâneas ou os elogios políticos surgidos com a promulgação da Lei. Mas isto não significava que os defensores da monarquia não se utilizariam do fato para, como veremos depois, construir uma imagem positiva do governo de Isabel.

Não perdendo de vista o caráter paliativo da lei de 28 de setembro, que naquele momento estava dentro das possibilidades de Isabel, o impacto causado pela mesma foi inquestionável. A partir daí, aumentaram os descontentamentos em grande parte dos cafeicultores - em especial os do norte fluminense e Vale do Paraíba - que acirravam sua desconfiança em torno da líder maior do império. De forma errônea, atribuíam à princesa toda a responsabilidade pela, segundo eles, inoportuna lei que aniquilaria com a economia agrícola, levando-os à miséria. Hermes Vieira contesta este argumento, afirmando que:

À luz da razão, entretanto, essa animadversão de que se deixaram possuir fazendeiros, estancieiros, conservadores e outros que tais, não procedia, pelo fato de que, muito embora a princesa e o esposo fossem favoráveis à libertação dos escravos, jamais lhes coubera, como era óbvio, a decisão propriamente dita das medidas tomadas em favor deles. Lembre-se que a primeira delas, que veio libertar o ventre escravo, obedeceu à vontade expressa do Imperador e foi alcançada pelo talento e a habilidade de Rio Branco²¹.

De qualquer modo, significativa parte da sociedade viu com bons olhos a primeira experiência de mando político da Regente. Nos setores menos privilegiados, principalmente, por motivos óbvios, e nos mais abastados da sociedade encontravam-se defensores das ações governamentais da Princesa. Alguns jornais expressavam claramente a satisfação com a Regência, como se comprova abaixo:

Em perto de um ano de Regência a Princesa não recebeu [...] nem teve impressão de desgosto determinada pela censura indireta e ainda menos por apaixonada agressão dos partidos em oposição e, todavia, tinham-se travado em 1871 na tribuna e no Parlamento as discussões renhidas ardentes e impetuosas sobre o projeto que se tornou lei do Império a 28 de setembro daquele ano. Todos respeitaram o caráter provisório da Regência e fizeram justiça à prudência, dignidade e acerto com que se houve a Princesa²².

No fundo, surgia a perspectiva, mesmo que de forma indireta, de que um provável Terceiro Reinado, sob a batuta de Isabel, poderia surtir efeitos positivos. Já que, devemos lembrar, a oposição a D. Pedro II jamais deixou de existir. Era necessário iniciar os trabalhos de alicerce, preparando o terreno para a continuidade monárquica e as repercussões dos atos da Princesa eram favoráveis para o início desta tarefa.

Após deixar a Regência, em 31 de março de 1872, a Princesa Imperial viajou com seu esposo para a Europa. O gabinete Rio Branco, reformista, continuava a cumprir as determinações de D. Pedro II, enfrentando, como sempre, a oposição de grupos republicanos. Um fato, entretanto, estremeceu as relações entre a Coroa e o Império: a “Questão Religiosa”.

A contenda girou em torno da recusa do Imperador em aceitar as determinações da “Bula Syllabus”, onde o Papa Pio IX determinava a exclusão de maçons das celebrações católicas. Não é objeto do nosso estudo o aprofundamento deste episódio, mas ele se apresentou fundamental para desvelar a ativa participação de Isabel, que se coloca contra o pai e parte em defesa da Igreja. Em carta escrita ao pai, ela relata:

Suas cartinhas me trazem sempre tanto prazer. Vá-me escrevendo todas as vezes que puder. O negócio dos bispos também me inquieta bastante. Poderiam eles ser mais prudentes? O que acho porém é que o governo quer se também meter demais em coisas que não deveriam ser de seu alcance. E, além disso, se os maçons tem tanto apego às coisas da Igreja que não queriam ser expulsos desta, por que não abandonam a maçonaria? Ou há medo ou então pouco fervor da parte deles. Devemos defender os direitos dos cidadãos brasileiros, os da constituição, mas qual a segurança de tudo isso, dos juramentos prestados se não obedecemos em primeiro lugar à Igreja? Porque os sócios da maçonaria brasileira não formaram uma outra sociedade, às claras, que nada tivesse de repreensível e que ao mesmo tempo continuasse com o fim de beneficência que principalmente tem assumido em nosso país? Seria um meio de não lesar os direitos a socorros que seus adeptos tenham adquirido. Deus nos ajude! E esclareça ao Penedo, com que já tive há dias uma terrível discussão a esse mesmo respeito, antes que ele e eu soubéssemos que talvez teria ele de ir para Roma para tratar da questão com o Santo Padre²³

A postura da princesa é clara. Seu apoio à Igreja vem carregado de severas críticas à maçonaria. Ao citar a Constituição, parece querer lembrar ao seu pai que o Brasil era um Império que tinha como religião oficial o catolicismo. Isabel demonstrava que sua personalidade não possuía nada da mulher estereotipada do século XIX – aquelas direcionadas, apenas, para a vida privada. Ao enfrentar o pai, envolvia-se por completo nas questões da vida pública, influenciando a mesma com seu cotidiano privado de católica devoção religiosa.

A oposição irritava-se com as intromissões da Princesa Imperial. Daibert Júnior retrata as agitações:

Outro aspecto freqüentemente ressaltado na figura da Princesa Isabel era seu apego à religião. Vista como beata, por seu excesso de dedicação ao catolicismo, era considerada uma reacionária ultramontana. A Associação da Princesa com o apego ao catolicismo parece ter ganhado fôlego em sua participação na chamada “Questão Religiosa” em que interferiu energicamente junto ao Imperador a favor da anistia dos bispos, presos por desacatarem a ordem Imperial e expulsarem dos quadros clericais os membros da maçonaria²⁴.

De fato, por todo o período, os opositores republicanos da monarquia argumentaram sobre os inconvenientes da proximidade excessiva de Isabel com o clero, bem como não abandonaram as críticas ao seu marido, conhecido pejorativamente como “o francês”. Em violento artigo, o jornal O Pharol teceu o seguinte comentário:

Estamos sob o domínio do marido dessa mulher, ao qual, estrangeiro, pouco se lhe importa o Brasil. Ela faz o que o marido quer e não o que é desejo do povo; faz mais – afronta os interesses do povo para afagar os desejos do marido. Cumpre reagir: cada cidadão tem o dever do patriotismo.²⁵

As ácidas palavras do texto buscam enfatizar a questão da submissão do gênero feminino, além de estimular comportamentos xenófobos. Não se faz alusão clara a questões políticas, econômicas ou sociais. Busca o artigo desqualificar Isabel, a partir de sua “frágil condição feminina”. É mesmo o aspecto cultural que está em evidência. Uma barreira complexa de ser transposta, tendo em vista que, como afirma Francisco Falcon:

A cultura apresenta-se como resultante de algum tipo de ação (mental, espiritual, ideológica, como queiram) das práticas culturais sobre o respectivo grupo humano considerando (nas práticas), quer em seus aspectos coletivos, quer eventualmente pelo menos, em seus componentes culturais. Trata-se, assim, de cultura como representante coletiva e também expressão de algum tipo de finalidade inerente à própria cultura²⁶.

Beneficiados por sólidas práticas culturais, os opositores de Isabel não se furtavam em lançar mão de argumentos - para época - bastante razoáveis. Nota-se, então, que a cooptação de pessoas para sua causa não se fazia somente no debate de questões estruturais. As representações culturais ofereciam, também, munição para o achaque à monarquia.

A construção das representações da Princesa Isabel, que circulavam entre os diversos segmentos sociais como formas de “conhecimento socialmente elaborado e partilhado”²⁷ e que contribuíam para a “construção de uma realidade comum a um conjunto social”²⁸, expressou os mais variados interesses, dentro do âmbito social.

Para desgosto de Isabel, as expectativas criadas em torno da Lei do Ventre Livre não se materializaram na prática. Havia muitos interesses em jogo. Uma coisa era fazer a Lei, outra era fazê-la vigorar. Hermes Vieira traça o interessante estado de abatimento em que se encontrava a Princesa Imperial:

Chegara-se ao ano de 1879 e, com ele, ao fim de uma injustificada apatia no concernente ao abolicionismo. Soara o momento em que as inobservâncias à lei de 28 de setembro de 1871, que não só decepcionaram os últimos anos de vida do visconde do Rio Branco, como ocasionavam profundos desgosto à princesa Isabel, iriam responder pela estagnação em que jaziam as providências por ela preceituadas. Decorridos quase oito anos, o resultado que se obtém é contristador. De positivo, e alentador, só isto: não acarretara, em instante algum, nenhuma das graves conseqüências previstas pelos que lhe foram contrários; mas também não vinha dando os frutos esperados, simplesmente porque os infensos a ela sabotavam-na por todos os meios e modos. Usineiros e fazendeiros, aliados a quantos compunham as classes conservadoras, não lhe cumpriam o texto legal. A obstrução, desde os primeiros dias de sua vigência, se não era total, era por demais sensível por parte dos senhores de escravos, chegando a revestir uma atitude desrespeitosa, de verdadeiro descaso frente ao governo que, por sua vez, com eles conivente, não reagia como seria de seu dever, antes estimulava, por estranho que pareça, a estagnação em que ela caíra. Se era a educação dos ingênuos e mesmo dos emancipados, nenhuma providência havia sido tomada a respeito²⁹.

O fato é que as mudanças ocorriam de forma demasiadamente lenta, durante o Império. Mas não era para menos, o fortalecimento do Partido Republicano e os ataques à figura do Imperador continuavam em escala ascendente. A própria Isabel reclamava de determinados comportamentos políticos do pai, não lhe poupando algumas críticas, geralmente em formas de cartas:

[...] O meu maior fantasma é o tal poder pessoal de que o acusam meu bom Papaizinho e que julgo dever provir do emperramento que lhe atribuem. Vou por em pratos limpos. A culpa não é sua. Ao menos não é sua só. Papai tem inteligência, tem vontade (tenacidade ou emperramento se quiser) e meios de a por em obra. Os nossos ministros em geral são menos firmes, tenazes ou emperrados, e, portanto a corda sempre arrebenta pelo mais fraco. O que fazer? Não se julgue tão infalível, mostre-se mais confiante neles, não se meta tanto em negócios que são puramente da repartição deles 9e eu terei mais de seu tempo). E se algum dia não puder, de todo, continuar a dar-lhes a sua confiança ou se ver que a opinião pública (verdadeira) é contrária a eles, rua com eles!!! [...] ³⁰.

Claro está no texto, que a passividade de D. Pedro II em tomar atitudes concretas no campo político desagradava Isabel. A Princesa Imperial sugere abertamente mudanças na

composição do Ministério e cobrança nas atitudes dos ministros. Propõe a divisão de responsabilidades na condução dos assuntos do Governo. E, talvez o mais importante, exige a demissão daqueles que não corresponderem às expectativas de seu pai.

A partir desta preciosa fonte, acreditamos que as leituras sobre a passividade política da herdeira do trono foram feitas, de forma inconsciente, ou não, com os propósitos mais variados, voltados para denegrir sua imagem. Como ressalta Maria de Lourdes Janotti, “o uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais”³¹.

A aproximação da Princesa Isabel com os abolicionistas não tardou. Os estreitos laços com o grupo mais moderado do abolicionismo, onde se inseriam, entre outros, José do Patrocínio³², André Rebouças³³ e Joaquim Nabuco³⁴ explica-se pelo fato da mesma ter tido sempre uma postura política reformista. Até porque, setores mais radicais do movimento abolicionista eram francamente republicanos, como é o caso de Silva Jardim³⁵. Francamente favorável à abolição dos cativos, Isabel era defensora do regime monárquico. Daí o fato de pautar suas ações com moderação, evitando qualquer tipo de conflito desnecessário.

A herdeira do trono não era uma mulher só de palavras. Organizava festividades com o intuito de angariar fundos para diversos grupos abolicionistas – ela mesma contribuía financeiramente – possuía papel de destaque na Comissão Libertadora, protegia escravos fugitivos e apoiava quilombos abolicionistas³⁶, no que era apoiada por seu marido, o Conde d’Eu. Eduardo Silva, no seu importante estudo sobre o quilombo do Leblon, fez assim seu registro:

A Princesa Isabel também protegia escravos fugidos em Petrópolis. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do engenheiro André Rebouças, que tudo registrava em suas cadernetas implacáveis. Só assim podemos saber hoje, com números precisos, que no dia 4 de maio de 1888, “almoçaram no Palácio Imperial catorze africanos fugidos das fazendas circunvizinhas de Petrópolis”. E mais: todo o esquema de promoção de fugas e alojamento de escravos parece ter sido montado pela própria Princesa. André Rebouças sabia de tudo porque estava comprometido com o esquema. O proprietário do Hotel Bragança, onde André Rebouças se hospedava, também estava comprometido até o pescoço, chegando a esconder mais de trinta fugitivos em sua fazenda, nos arredores da cidade. O advogado Marcos Fioravanti era outro envolvido, sendo uma espécie de coordenador-geral das fugas. Não faltava ao esquema nem mesmo o apoio de importantes damas da corte, como madame Avelar, dona Amanda Paranaguá Dória e Cecília, condessa de Estrela, companheiras fiéis de Isabel e também abolicionistas da gema. Às vésperas da Abolição final, no dia 12 de maio, conforme

anotou Rebouças, já subiam a mais de mil os fugitivos “acolhidos” e “hospedados pela Comissão Libertadora sob os auspícios de Isabel”³⁷.

A Princesa atuava, num primeiro momento, de forma discreta. Os inimigos do regime não podiam ser denunciados. Em alguns momentos, até mesmo alguns abolicionistas teciam críticas veladas as atuações de Isabel. Acreditavam que a influência que tinha sobre o Imperador poderia ser amalgamada com os parlamentares mais ligados ao abolicionismo e implementar, de uma vez, a emancipação. Alguns chegavam a lembrar o quão tinha sido discreta a participação da mesma na aprovação da Lei do Sexagenário, de 1885. Outros, como foi o caso de Rui Barbosa, afirmavam que o abolicionismo da herdeira do trono não passava de uma “questão política, tendo a princesa apenas cedido à uma situação de fato criada pelo movimento abolicionista”³⁸.

Mas o reconhecimento da atuação de Isabel junto à gente escrava era incontestável. Um dos mais importantes quilombos abolicionistas, o do Leblon, “espécie de ícone do movimento abolicionista”³⁹,

[...] sempre enviava ramalhetes de camélias, que lá eram produzidas, à Princesa. As camélias simbolizavam o próprio movimento abolicionista e eram chamadas de “camélias da liberdade”⁴⁰

[...] Por meio delas, os adeptos do abolicionismo identificavam-se numa espécie de código secreto. O cultivo da planta nos jardins domésticos, ou mesmo seu uso na lapela do paletó ou vestido, tornou-se confissão de fé abolicionista [...]”⁴¹.

Além da funcionalidade deste simbolismo⁴² explicitado no texto, a utilização das camélias tinha um sentido prático, pois facilitava os escravos em fugarem suas formas de resistência. As famosas flores seriam transformadas, segundo Bourdieu, “numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”⁴³.

Não durou muito tempo a discrição da Princesa em suas ações abolicionistas. No dia 12 de fevereiro de 1888, ela organizou a primeira “batalha das flores”, uma espécie de passeata que objetivava recursos para a causa abolicionista. A própria Princesa, acompanhada do marido e de seus três filhos, seguia na frente do cortejo. A população de Petrópolis participou ativamente. Neste contexto, a Princesa conseguiu converter em monarquista José do Patrocínio, republicano de destaque na Corte, que empolgado com o sucesso da “batalha das flores”, derramava-se em elogios a herdeira:

O que fez a princesa regente? Ainda, sob o Ministério Cotegipe, ela, a santa, a meiga Mãe dos cativos, dava à propaganda abolicionista tudo o quanto podia: as abundâncias de piedade do seu coração. Seus filhos, os pequenos príncipes, nos seus jornalzinhos glorificam a propaganda abolicionista, enquanto ela, a princesa, debaixo de chuva e aos estampidos de trovão, esmolava pelos cativos, e quando voltava ao palácio repartia um pedaço do seu manto de rainha com os escravos foragidos, que iam implora-lhe proteção⁴⁴.

Patrocínio refere-se à Princesa como Rainha. Curva-se aos seus atos abolicionistas. Naquele momento, a moderação os unia. Mas, como já foi dito no corpo do trabalho, a oposição à Isabel jamais descansava. Desta vez, as críticas partiriam de um abolicionista Silva Jardim, buscando tirar proveitos políticos contra a monarquia, vai achincalhar a Princesa em nome da moral e dos bons costumes...

*Sim, concidadãos! Sim: o que se diria da senhora, brasileira, que, aos quarenta anos de idade, tendo o pai doente, velho, longe da Pátria, passasse os dias de folia carnavalesca sob chuva torrencial, a jogar entrudo? Que se diria se essa senhora, tendo a enorme responsabilidade da direção de um Estado, destoando da circunspeção de todas as suas compatriotas em menos tempo de vida, estivesse em pueril batalha das flores? [...] Que se diria do pudor da última sertaneja brasileira, se ela pudesse dizer no dia seguinte a tais folganças que não se decotaria por ter o colo encarnado, em razão do brinquedo das flores, do mesmo modo que outra senhora o tinha amarelo, e uma baronesa o tinha preto? Não se diria que esta mulher não tinha uma educação sã, e que são as leviandades desta ordem as que conduzem à imoralidade? Mas quando estes, para a moral do povo, verdadeiros escândalos, partem daquela que nos pretende governar, não é justo que se lhe diga que os brasileiros são homens sérios, e reprenderiam suas esposas por graças e brinquedos deste jaez? Que, portanto, homens sérios, querem ser seriamente representados, e não por quarentonas que desconhecem a própria idade, o próprio sexo, a própria posição?...Batalha das Flores! Cuidado, Senhora! Que estas flores não se vos tornem demasiado encarnadas, que elas se não vos tornem vermelhas...!*⁴⁵

Mais uma vez, quando faltava a argumentação política, apelava-se para o gênero. De forma deselegante, Silva Jardim baseia-se na idade de Isabel, na sua condição feminina, apoiando-se nos costumes vigentes, para desancar a mesma. Não importava, neste momento, que os dois fossem abolicionistas. Muito menos que a “batalha das flores” tivesse uma finalidade abertamente antiescravista. Para o republicano, a monarquia era inaceitável. Ainda mais se conduzida por uma mulher.

Regente pela terceira vez, Isabel encontrava séria resistência no gabinete conservador do barão de Cotegipe. Havia um confronto entre a Regente e o Presidente do Conselho dos Ministros em torno de medidas antiescravistas. Mas logo o problema foi sanado:

O pretexto para a queda do Gabinete surgiu da demissão de Coelho Bastos, chefe da polícia da Corte, odiado pelos abolicionistas por serem por ele perseguidos. Um incidente entre militares em que Coelho Bastos agiu de forma extremamente violenta para dissipar o conflito causou grande indignação entre a opinião pública, repercutindo de forma negativa sobre o ministro da justiça que havia nomeado o chefe de polícia, sobre o próprio Ministério e sobre a Princesa que chegou a ser vaiada como conivente com uma atitude arbitrária. Diante destes fatos, a Regente indis põe-se com Cotegipe que acabou pedindo demissão⁴⁶.

A demissão de Cotegipe facilitaria a vida dos abolicionistas. A formação de um novo gabinete possibilitaria a Regente um melhor trânsito político. Havia uma prática comum do chefe do gabinete demissionário indicar o sucessor. Isto configurava uma espécie de reconhecimento pelos serviços prestados. Isabel sabia que poderia significar, também, o atraso da assinatura da lei que acabaria com o trabalho involuntário no país. Daibert Júnior analisa, de forma bastante convincente, o desenrolar dos fatos:

No entanto, como era de praxe ao longo do Segundo Reinado, Isabel deveria dar a habitual moção de confiança ao Ministério demitido, deixando-o indicar seu sucessor. Além disso, era também comum que se aceitasse a demissão do presidente do gabinete somente após ouvir o Parlamento. Todavia, o protocolo foi quebrado. A Regente, além de não ouvir a sugestão de Cotegipe, convocou o novo ministério antes da abertura anual das Câmaras. Se agisse em conformidade com os costumes políticos já enraizados por D. Pedro II, a Regente deveria aceitar o nome sugerido pelo gabinete demissionário conservador ou chamar os liberais para a composição de um novo ministério. Na primeira opção, configuraria a vitória de Cotegipe que indicaria um nome condizente com sua postura contrária à emancipação imediata e sem indenização. Se optasse por convocar os liberais, Isabel deveria dissolver o Parlamento, convocando novas eleições, o que acarretaria meses de espera e, conseqüentemente, as discussões seriam esvaziadas. Corria o risco de encerrar a Regência sem aprovar a lei ou perder o apoio completo dos conservadores já tradicionalmente contrários à abolição imediata. Chamando o conservador João Alfredo, que já havia feito parte do Gabinete que aprovava a Lei do Ventre Livre, evitaria um racha dentro deste partido. Um conservador poderia pedir o máximo aos seus sem que nenhum partido lhe negasse apoio. Enquanto isso, os liberais não recusariam a abolição, sua bandeira sustentada há muito tempo. Mas, se o projeto de lei fosse apresentado por um gabinete liberal, seria rapidamente recusado entre os conservadores já insatisfeitos⁴⁷.

As manobras de Isabel, dentro de um contexto de crise política, revelam o amadurecimento da mesma, no trato das coisas do Estado. Mantendo sua postura equilibrada, a Regente conduziu o processo de substituição do gabinete sem abalos mais significativos. Conseguiu neutralizar a ala mais radical do Partido Conservador, nomeando João Alfredo, um

moderado, para Presidente do Conselho de Ministros. Conservou à margem do processo o Partido Liberal.

Cotegipe parecia não acreditar no desfecho político e confidenciava a um amigo: “dizem que as arruaças fizeram cair o Ministério. Em parte têm razão, porque se não foram a causa, foram o pretexto. A causa real vem da batalha das flores e tudo se liquidará em tempo oportuno”⁴⁸.

Aproximava-se o momento da erradicação da escravidão legal no Brasil. Na fala do Trono de 3 de maio de 1888, a Regente expressava claramente seu objetivo maior, deixando eufóricos os abolicionistas e desesperando os escravocratas:

*A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições*⁴⁹.

O discurso da Regente reafirma a idéia do processo pacífico que uma abolição vinda de cima para baixo asseguraria. Procura demonstra uma realidade inexistente de unidade em apoio à causa abolicionista, desprezando setores agrícolas descontentes. Por outro lado, reafirma sua disposição na eliminação do elemento servil, dentro dos quadros institucionais. Não sem deixar de citar o caráter cristão da missão assumida, pelo Parlamento. Omite, como era de se esperar, a secular luta dos escravos pela sua emancipação. A construção representativa de um Estado Imperial condescendente com as aspirações sociais poderia garantir a longevidade da monarquia.

Daí até a assinatura da Lei Áurea não durou muito tempo. Vendo que o Parlamento inclinava-se para a abolição imediata da escravidão, os fazendeiros escravocratas procuraram garantir, ao menos, uma indenização, conforme nos explica Barman:

*A campanha dos proprietários rurais pela compensação contou com o firme apoio do Partido Republicano, que, indiferente à coerência ideológica, tratou de acolher em suas fileiras todos os interesses hostis ao regime imperial. O núcleo do Partido Republicano era a intelligentsia, homens cultos, mas sem fortuna nem conexões familiares. Essa intelectualidade se inspirava na França, onde a Terceira República enfrentava um conflito feroz com o monarquismo e a Igreja Católica*⁵⁰.

A idéia de compensação não foi muito longe. A pressão de grupos ligados aos abolicionistas e o próprio empenho pessoal de Isabel, aniquilou as pretensões dos grupos

escravistas. A abolição se fez sem indenizações aos antigos proprietários de escravos e a simplicidade da Lei Áurea, com apenas dois artigos⁵¹, acabou por fortalecer a imagem da Regente junto à população. Os festejos foram intensos e as homenagens a Princesa Imperial vinham dos mais variados setores da sociedade, excluindo-se, obviamente, os escravocratas e alguns membros do Partido Republicano. Mais uma vez, José do Patrocínio enaltecia o governo da Regente:

Não há, na legislação do mundo, nada mais extraordinário que essa emancipação de um milhão de homens, seguida da mais plena confiança do Estado, nos sentimentos deles [...] Enquanto muitos dos que foram feridos pela reparação necessária de uma injustiça secular, se revoltam e procura vingar-se tornando o pesadelo da evolução nacional, os ex-escravos consideram-se pagos de toda uma vida de dor e humilhação com a simples liberdade. [...] Todos esses fatos, de profundo valor social e que não passam despercebidos ao historiador e ao filósofo, testemunham que o dia 13 de maio não foi a explosão romântica de um coração de mulher, mas a sanção da lei natural da mutualidade, que não é impunemente violada.⁵²

O texto de Patrocínio reverencia a abolição da escravidão e atribui a Princesa Imperial o papel condutor do processo. Nas linhas, busca passar a idéia de felicidade geral dos ex-cativos, não fazendo menção a real situação de marginalização social a que se encontravam. Mas, o objetivo era manter a ligação Princesa/abolição, criando um ambiente favorável para a ascensão ao trono de Isabel.

Os republicanos buscaram de imediato, mas não com muito efeito, dissociar a imagem da Regente à abolição. Estava em jogo a busca frenética pelo poder e seu exercício que ocorre, segundo Barman,

[...] quando um indivíduo ou grupo é capaz de levar outro a fazer algo que normalmente não faria, ou quando um indivíduo ou grupo pode impedir outro de fazer o que quer [...] O poder é exercido em meio a uma gama de noções e entendimentos – inclusive crenças (religiosas ou não), maneira de pensar, leis, costumes, convenções e padrões de comportamento – prevalecentes num dado momento⁵³.

A afirmativa supracitada faz-nos compreender a necessidade de neutralizar a ação da Regente no processo da abolição. Para os republicanos, era extremamente perigosa a apologia de Isabel e da monarquia. Todos os mecanismos disponíveis seriam utilizados para a anulação completa deste vínculo.

Uma honraria inesquecível para a herdeira do trono ou uma prova de subordinação e risco a que poderia se submeter o país, no caso de um Terceiro Reinado, sob os auspícios de Isabel? Assim giraram as discussões em torno da homenagem prestada pela papa Leão XIII à

Princesa Imperial, agraciada com a Rosa de Ouro. Honraria prestada a poucos, “esta condecoração era oferecida unicamente a chefes de Estado, uma vez por ano, em virtude de atos de benemerência e caridade [...] era, no entanto a primeira a atravessar o Atlântico”⁵⁴.

Contemporaneamente a este imbrólio político-cultural, os libertos festejavam a “Redentora”. As tradições africanas de realeza contribuíram muito para o feito. Marina de Mello e Souza facilita nossa compreensão:

*Era comum que os africanos e seus descendentes, ao se reorganizarem em comunidades no Novo Mundo e no contexto do escravismo, escolhessem chefes que chamavam de reis, assumindo um termo que era lusitano, mas se adequava a formas de organização política e social básicas nas sociedades africanas, as quais, independentemente de sua complexidade, eram estruturadas em reinos, confederações tribais e tribos independentes*⁵⁵.

Como se vê, a idéia de reis protetores não foi uma imposição européia. Encontra sua gênese na África e veio ao encontro do momento festivo da abolição. Sendo assim, seria difícil para os opositores do regime monárquico alterarem, de forma radical, as heranças culturais dos libertos. Isso não invalida a participação do negro como principal agente histórico da sua emancipação servil. Mas o aproxima muito mais do regime monárquico, em detrimento do republicano.

Enfim, como acreditamos ter demonstrado, a construção das representações da Princesa Isabel transitou pelos espaços do domínio público e privado, pela questão religiosa, interesses políticos, concepções de gênero, além das motivações econômicas, todos ligados às práticas culturais da época. Longe de atribuir a um único indivíduo o papel exclusivo no processo histórico, ressaltamos que a Princesa Imperial contribuiu, também, para a materialização da Lei Áurea. Sendo assim, ao seu modo, baseada em suas convicções e interesses, a herdeira do trono brasileiro teve papel destacado na sociedade em que viveu. Foi mulher de seu tempo. Enfrentou as mais diversas restrições, seja por ser mulher, por querer atuar politicamente, por ser a herdeira do trono ou por tudo ao mesmo tempo.

NOTAS:

- ¹ **Revista Ilustrada**, 3 de maio de 1888.
- ² **Jornal O Pharol**, Juiz de Fora, 29 de maio de 1888.
- ³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p.15-18.
- ⁴ BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 19-20.
- ⁵ Segundo a ordem regular de primogenitura e representação, preferindo sempre a linha anterior às posteriores; na mesma linha, o grau mais próximo ao mais remoto; no mesmo grau, o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo, a pessoa mais velha à mais moça. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Título V, Capítulo IV, artigo 117.
- ⁶ DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 36.
- ⁷ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991, p. 19.
- ⁸ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 67.
- ⁹ *Idem, Ibidem*, p. 40.
- ¹⁰ *Idem, Ibidem*, p.43.
- ¹¹ Constituição do Império do Brasil. 1824. Artigo 120.
- ¹² Arquivo Grão-Pará, Petrópolis, pasta de documentos manuscritos de D. Pedro II a François, príncipe de Joinville, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1863, cópia com caligrafia de D. Teresa Cristina.
- ¹³ *Idem, Ibidem*.
- ¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 95.
- ¹⁵ Arquivo Grão-Pará, Petrópolis. XL-1, de D. Isabel a Gastão, conde d’Eu, São Cristóvão, 18 de setembro de 1865.
- ¹⁶ LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel: a princesa “Redentora”*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1989, p. 83.
- ¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ: Relume-Dumará, 1996, p. 51.
- ¹⁸ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 68.
- ¹⁹ ALCÂNTARA, D. Pedro. *Conselhos à Regente*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 60.
- ²⁰ XAVIER, Leopoldo Bibiano. “Revivendo o Brasil-Império”. In: **Jornal Diário de Petrópolis**, 01/02/92.
- ²¹ VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: Edições GRD, 1989, p 115.
- ²² **Jornal do Comércio**, 5 de janeiro de 1873.
- ²³ “Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II, em 31 de agosto de 1873”. Arquivo do Grão-Pará. Petrópolis. Correspondência ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.
- ²⁴ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 86.
- ²⁵ **Jornal O Pharol**, 5 de junho de 1888.
- ²⁶ FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 61.
- ²⁷ JODELET, Denise (org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Edurj, 2001, p. 21.
- ²⁸ *Idem, Ibidem*.
- ²⁹ VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras...Op. Cit.*, p 134.
- ³⁰ “Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II”. Arquivo do Grão-Pará. Petrópolis. 6 de março de 1872. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.
- ³¹ JANOTTI, Maria de Lourdes. “O livro Fontes históricas como fonte”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 10.
- ³² Patrocínio, inicialmente republicano convicto, passou a apoiar o Terceiro Reinado com Isabel. Sobre Patrocínio ver: SOUZA, Cleuber Castro. *O abolicionismo de José do Patrocínio: a ação política na imprensa (1880-1889)*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UNB, 2005.
- ³³ Sobre André Rebouças ver: REBOUÇAS, André. *Diário 1888*. Manuscrito. Arquivo Histórico do IHGB.
- ³⁴ Sobre Joaquim Nabuco ver: NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1928.

-
- ³⁵ Sobre Silva Jardim ver: JARDIM, Antonio Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, FCRB, Conselho Federal de Cultura, 1978.
- ³⁶ O quilombo abolicionista diferia do tradicional pelo fato de manter relação significativa com a população local, seus líderes serem lideranças conhecidas e bem articuladas politicamente, além de ser ajudado financeiramente por setores da elite, desenvolvendo, não raro, atividade econômica intensa.
- ³⁷ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 28.
- ³⁸ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura...Op. Cit.*, p. 30.
- ³⁹³⁹ *Idem.Ibidem.* p. 15.
- ⁴⁰ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 122.
- ⁴¹ *Idem, Ibidem.*
- ⁴² O simbolismo da *camellia japonica* estava associado ao refinamento e a civilização, além da mesma ser uma planta rara no Brasil, em pleno processo de adaptação. Para descrição completa sobre o simbolismo da camélia ver SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e abolição da escravatura...Op. Cit.*, p. 14.
- ⁴³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 11.
- ⁴⁴ PATROCÍNIO, José do. Campanha Abolicionista: coletânea de artigos...*Op. Cit.*, p. 246.
- ⁴⁵ JARDIM, Antonio Silva. “Propaganda Republicana (1888-1889)”. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, FCRB, Conselho Federal de Cultura, 1978. “A Pátria em perigo” (II), pp. 76-88.
- ⁴⁶ VIEIRA, Hermes. Princesa Isabel: uma vida de luzes e sombras...*Op. Cit.*, p. 129.
- ⁴⁷ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 132.
- ⁴⁸ Carta de João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, a João Ferreira de Araújo Pinho. Rio de Janeiro, 19 de março de 1888. Arquivo Histórico do IHGB.
- ⁴⁹ Secretaria da Câmara dos Deputados. *Fallas do trono desde o anno de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 504.
- ⁵⁰ BARMAN, Roderick J. Princesa Isabel do Brasil...*Op. Cit.*, p. 256.
- ⁵¹ Lei 3.335 de 13 de maio de 1888. Declara Extinta A Escravidão no Brasil. A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o senhor D. Pedro II faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte: Art 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art 2º Revogam-se as disposições em contrário. Manda portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Arquitetura, Comércio e Obras Públicas e interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperado, a faça imprimir e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império. Princesa Regente Imperial.
- ⁵² **Cidade do Rio**, 13 de maio 1889.
- ⁵³ BARMAN, Roderick J. Princesa Isabel do Brasil...*Op. Cit.*, p.18.
- ⁵⁴ DAIBERT JUNIOR, Robert. Isabel a “Redentora” dos Escravos...*Op. Cit.*, p. 160.
- ⁵⁵ MELLO E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação do Rei Congo*. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 1999, p. 253.